



# Maçonaria, república e poder governativo

**António Marcelino**, bispo emérito da diocese de Aveiro

Vivemos em regime democrático. Há quem se diga democrata e a quem a democracia incomode. Assim se cai na tentação da promiscuidade, que envenena o ambiente e o espaço que é de todos. Se, no regime em que vivemos, se devem respeitar as opções, ninguém está impedido de falar livremente, sem medo, perante o que se vai vendo, conhecendo, e que pretende influenciar a comunidade de que todos fazemos parte.

A democracia não é um fim, nem pode servir de meio para que o poder, qualquer que ele seja, se aproveite dos postos de comando para empobrecer e dominar um povo livre.

A maçonaria viveu em Portugal, desde que chegou em princípios do século XVIII, horas difíceis. Foram perseguições de fora e divisões de dentro. Tempo seguido com contradições e projectos, uns conseguidos, outros frustrados. O apoio que então deu à "Carbonária", motor organizado da queda da Monarquia, e a identificação conseguida, com a jovem República, inspirando ou fazendo seus os ditos "valores republicanos", deram-lhe impulso para dominar. Isto permitiu-lhe conduzir o processo do início do novo sistema, minando os órgãos fundamentais da soberania, desde a Presidência da República ao Parlamento, destruindo o que não dominava e conquistando uma presença efectiva, bem marcada e visível, nos mais diversos lugares de influência do Estado. Teve, depois, de entrar de novo em meia clandestinidade. Este facto, porém, não a impediu de fazer acordos secretos com o poder, para que, dada a sua influência, o mesmo se pudesse manter, mesmo quando publicamente perseguia a Loja. E foi assim, como se sabe e se diz, até nos tempos de Salazar, que, olhando para o lado, cedeu na orientação de serviços públicos conhecidos e cobizados, dada a influência destes no povo.

A aceitação oficial da Loja deu-se com o 25 de Abril, por razões óbvias, depressa explicadas por motivo de quem ia aparecendo na ribalta política

Correio do Vouga – 24-05-2007

dominante. O novo poder fez-lhe a entrega de bens antes expropriados e pagou-lhe indemnizações. Às claras, recomeçou-se, então, a falar da maçonaria e a dizer da campanha persistente que ela fazia nos corredores da Assembleia da República, junto de gente nova ansiosa por benesses no presente e sonhando com as boas promessas de futuro. Abriram-se portas, antes e sempre fechadas, publicaram-se nomes de alguns aderentes, não todos, com influência nos diversos quadrantes da sociedade portuguesa; manteve-se, porém, o sigilo dos ritos de iniciação e de outros ritos importantes. Aliviou-se algum secretismo, mas a Loja continuou a ser uma associação fechada, sem a abertura normal, propiciada por regime democrático. Esta situação deu direito a desconfiar do que se passa e programa.

O sol da primavera é propício para trazer à luz o que as tocas escondem em invernos prolongados. Porque o ambiente político se tornou propício e a ocasião convidativa, a maçonaria começou a apresentar os seus projectos para o país. A nós o dever e o direito de apreciar, dizer e alertar sobre o que se projecta, porque a todos nos diz respeito.

A maçonaria portuguesa aparece, de novo, com algum espírito de “carbonária”, eivada de um acirrado laicismo, tendo no horizonte os “valores republicanos”, lidos unilateralmente, e empenhando-se por introduzi-los como inspiradores das leis que devem reger o povo. Esquece-se que o poder democrático não se pode exercer à revelia dos valores que um povo concreto e sensato sempre teve, quer ter e defende, para salvaguarda da sua identidade, dignidade e futuro em liberdade. Impor é matar e destruir.

Há que fechar a Igreja na sacristia, ignorar os valores cristãos, fazer tábua rasa de uma cultura milenária, negar a história pátria e secar as suas raízes vitais, mudar o sentido das instituições que dão consistência à sociedade, fechar o homem, por via da educação nas escolas e meios de comunicação social, à dimensão do transcendente. Será este o programa “político” actualizado do Partido Socialista, agora publicamente de mãos dadas com a maçonaria? Se a perspectiva é de um laicismo redutor, o que restará da democracia? Um povo decapitado. E que será o Partido Socialista? Uma galeria vistosa, com muita gente alienada e encostada. E a maçonaria? A estratégia táctica de servir e de se servir de um poder sem ideologia. Mas as prioridades num país que empobrece têm de ser outras, se quisermos sobreviver.

Opinião | **António Marcelino** | 24/05/2007 | 11:43 | 4335 Caracteres